



Revista Portuguesa de Educação

ISSN: 0871-9187

rpe@ie.uminho.pt

Universidade do Minho

Portugal

Catani, Afrânio; Oliveira, João
A reestruturação da educação superior no debate internacional: a padronização das políticas de
diversificação e diferenciação
Revista Portuguesa de Educação, vol. 13, núm. 2, 2000, pp. 29-52
Universidade do Minho
Braga, Portugal

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37413203>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A reestruturação da educação superior no debate internacional: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação

Afrânio Mendes Catani
Universidade de São Paulo, Brasil

João Ferreira de Oliveira
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Resumo

Este artigo analisa a reestruturação da educação superior a partir de documentos internacionais orientadores dos modelos e das reformas que atualmente estão se configurando. A investigação está centrada nos diagnósticos da crise, nos desafios contemporâneos, nas missões e nas alternativas de solução apontadas, indicando que há uma certa padronização nas políticas de educação superior numa sociedade do conhecimento e num mundo globalizado, competitivo e em permanente transformação, o que tem substrato nas reformas que estão sendo implementadas em diferentes países da América Latina.

Introdução

A finalidade desse ensaio é examinar as similitudes e as diferenças existentes nos principais documentos internacionais orientadores dos modelos e das reformas de educação superior. A análise das diretrizes e bases da reestruturação dos sistemas procura evidenciar as temáticas, as críticas, as tendências e as políticas de educação superior mais significativas na América Latina, o que demonstra a força dos organismos internacionais, especialmente do Banco Mundial, nas reformas dos países da região. Consta-

se, também, que está em curso um processo de padronização das políticas e estratégias de diversificação e diferenciação, em que pesem as diferenças identificadas nos diagnósticos da crise, nos desafios contemporâneos e nos princípios e missões da educação superior¹.

Banco Mundial: diagnóstico e orientações básicas

O livro *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995), do Banco Mundial, tornou-se um dos documentos mundiais mais importantes no contexto de reestruturação da educação superior, especialmente na América Latina e, em particular, no Brasil, uma vez que procura diagnosticar a crise atual e definir políticas e estratégias para implementação das reformas nesse nível de ensino. Além disso, devido ao poder de intervenção do Banco nas políticas econômicas dos chamados países em desenvolvimento, as orientações básicas desse texto, que coadunam com o receituário da política neoliberal, têm sido adotadas quase que integralmente, em que pesem as especificidades dos países e dos sistemas de educação superior da região.

No documento, o Banco Mundial considera como aspectos mais significativos da crise atual: a realidade fiscal da diminuição dos recursos públicos (crise do financiamento), que impede a conservação e melhoria da qualidade do ensino superior, bem como sua expansão; os elevados percentuais de gasto por estudante (custo-aluno); as baixas taxas de matrículas, o que indicaria o uso ineficiente dos recursos; a baixa relação estudantes/docente; a subutilização dos serviços acadêmicos; a duplicação de programas; elevadas taxas de evasão e repetência; a subrepresentação das mulheres em muitos países; o elevado montante gasto com a subvenção de serviços estudantis; o crescimento da escolarização básica e a pressão para aumentar as matrículas do ensino superior; o desequilíbrio dos gastos existente entre o ensino primário, secundário e superior; a baixa eficiência do sistema como um todo, ocasionando baixas taxas de rentabilidade social.

Com base nesse quadro, afirma-se que o ensino superior tem importância capital para o desenvolvimento econômico e que o ideal, a semelhança da reforma implementada no Chile, *é lograr un sistema de enseñanza postsecundaria que funcione bien, sea diversificado y experimente*

crecimiento, incluso cuando se reduce el gasto público por estudiante (1995: 3). Em outras palavras, tais sistemas devem se constituir a partir dos princípios da *eficiência, qualidade e equidade*.

Segundo o Banco (1995: 4), as políticas, ou melhor, as quatro orientações básicas para promover as alterações necessárias são: a) *fomentar la mayor diferenciación de las instituciones, incluido el desarrollo de instituciones privadas*; b) *proporcionar incentivos para que las instituciones públicas diversifiquen las fuentes de financiamiento, por ejemplo, la participación de los estudiantes en los gastos y la estrecha vinculación entre el financiamiento fiscal y los resultados*; c) *redefinir la función del gobierno en la enseñanza superior*; d) *adoptar políticas que estén destinadas a otorgar prioridad a los objetivos de calidad y equidad*.

A primeira orientação do Banco Mundial deixa claro que o modelo europeu de universidade de pesquisa não é apropriado ao mundo em desenvolvimento. Para esse, *la mayor diferenciación en la enseñanza superior, o el desarrollo de instituciones no universitarias y el fomento de establecimientos privados, puede contribuir a satisfacer la creciente demanda social de educación postsecundaria y hacer que los sistemas del nivel terciario sean más sensibles a las necesidades cambiantes del mercado laboral* (1995: 5). As instituições não universitárias são consideradas mais flexíveis no atendimento das demandas do mercado de trabalho. Do mesmo modo, o fomento às instituições privadas de educação superior poderia ampliar as oportunidades de forma eficiente e flexível, sem aumentos adicionais para o Estado. Para este, caberia o papel de estabelecer mecanismos de controle e avaliação das instituições.

A segunda orientação frisa a diversificação das fontes de financiamento das instituições estatais, bem como a adoção de incentivos para o seu desempenho. O objetivo é mobilizar mais fundos privados para o ensino superior, especialmente através da participação dos estudantes nos gastos, dos egressos, da ajuda externa de organismos de financiamento, da ampliação dos serviços etc; apoiar estudantes pobres, mas qualificados, através de planos/programas de assistência; melhorar a dotação e a utilização dos recursos entre e dentro das instituições, sobretudo através da vinculação do financiamento à critérios de desempenho institucional.

A terceira orientação para a reforma do sistema de educação superior diz respeito à redefinição da função do governo no seu relacionamento com as instituições, especialmente estatais. O êxito da reforma implica: 1) *el establecimiento de un marco coherente de políticas*; 2) *mayor apoyo en los incentivos y mecanismos orientados al mercado para aplicar las políticas*, y 3) *mayor autonomía administrativa de las instituciones públicas*. A adoção desses três parâmetros é que permitiria estabelecer maior eficiência no uso dos recursos públicos, apoio à ampliação da educação privada pós-secundária e controle do sistema.

A última grande orientação do Banco Mundial associa a qualidade, a adaptabilidade e a equidade, como parte de um enfoque. Afirma o documento que *los objetivos prioritarios de la reforma de la educación superior, en función de los cuales se puede medir el progreso, son: 1) mejor calidad de la enseñanza y la investigación; 2) mayor adaptabilidad de la educación postsecundaria a las demandas del mercado laboral; y 3) mayor equidad* (1995: 11-12). Para o Banco, faz-se necessário, ainda, adotar mecanismos eficientes de avaliação, estabelecer vínculos efetivos com os setores produtivos da economia e adotar políticas de admissão que elevem a qualidade do ensino secundário e permitam o ingresso dos grupos menos favorecidos da população.

Com base na experiência adquirida em diferentes países, o Banco diz ser possível tirar algumas lições fundamentais. Destacam-se as seguintes: as reformas de financiamento e da administração do sistema são necessárias em muitos países; o apoio ao desenvolvimento institucional deve estar destinado ao fortalecimento das políticas, reformas, planificação e gestão financeira das instituições; o investimento do Banco deve priorizar a melhoria da qualidade do ensino e da investigação. Isso significa que: 1) *las inversiones del Banco en esfera se centran cada vez más en apoyar los programas nacionales y regionales de excelencia, ya sean públicos o privados*; 2) *el acceso al financiamiento es cada vez más competitivo*; y 3) *el Banco apoya el establecimiento de sistemas de acreditación y de evaluación del desempeño* (1995: 16).

UNESCO: princípios, diretrizes e ações

A UNESCO tem tido voz ativa na redefinição global do papel da educação superior, especialmente da Universidade, pelo menos no que tange a formulação de diretrizes e políticas de reestruturação. Quatro documentos, na década de 90, são expressivos de sua posição sobre a temática: 1) *Documento de Política para el Cambio y el Desarrollo en la Educación Superior* (1996); 2) *Educação: Um Tesouro a Descobrir* (1996); 3) *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação*; 4) *Marco Referencial de Ação Prioritária para a Mudança e o Desenvolvimento da Educação Superior*. Esses dois últimos foram produzidos por ocasião da *Conferência Mundial sobre Educação Superior*, realizada em Paris, em outubro de 1998.

No *Documento de Política para el Cambio y el Desarrollo en la Educación Superior* (1996) identifica-se, inicialmente, três principais tendências dos sistemas e das instituições de educação superior: a) a expansão quantitativa; b) a diversificação das instituições, dos programas e das formas de estudo; c) as restrições financeiras. Além dos problemas advindos dessas tendências, destacam-se como desafios de um mundo em transformação, os processos simultâneos e contraditórios de democratização, mundialização, regionalização, polarização, marginalização e fragmentação. Além disso, há os imperativos atuais do desenvolvimento econômico e técnico, bem como a necessidade de produzir um desenvolvimento humano sustentável, *en el que el crecimiento económico esté al servicio del desarrollo social y garantice una sostenibilidad ambiental* (1996: 7).

Por isso, a UNESCO sugere que as respostas da educação superior devem guiar-se por três critérios fundamentais: *pertinência, qualidade e internacionalização*. No âmbito da *pertinência* é preciso considerar as funções da educação superior no tocante ao ensino, a pesquisa e aos serviços conexos, especialmente quanto aos seus nexos com o mundo do trabalho, com outros níveis e formas de educação e com o Estado e o financiamento público. A *pertinência* também diz respeito a adequação da formação acadêmica à necessidade de aprendizagem e capacitação permanente, bem como a gestão eficiente e eficaz, em razão do financiamento público estar se tornando cada vez mais limitado. *El apoyo público a la educación superior sigue siendo indispensable, pero las instituciones de educación superior*

deben tratar de encontrar nuevas fuentes de financiación (1996: 8). O critério da *qualidade* implica em renovar o ensino e a aprendizagem na educação superior, ou seja, melhorar os conteúdos, os métodos, a investigação, os programas, o pessoal docente, a qualidade dos estudantes e da infraestrutura etc. Para o estabelecimento dessa qualidade acadêmica, a avaliação torna-se fundamental, assim como o respeito aos princípios de liberdade acadêmica e autonomia institucional. Por sua vez, a *internacionalização*, ou melhor, a necessidade de cooperação e solidariedade internacional decorre da necessidade de integração econômica e política, bem como do caráter universal da aprendizagem e da investigação hoje no mundo (1996:10).

Com base nas tendências e nos critérios apontados, a UNESCO entende que é seu papel *promover la diversidad de las instituciones y los sistemas de educación superior*. Insiste também que *es necesario propiciar aún más la diferenciación de los programas de estudio, pues éstos permiten lograr una mejor adaptación de la educación superior a las necesidades nacionales y locales sin perder de vista la universalidad del conocimiento ni el criterio primordial de calidad* (1996: 11).

No documento *Educação: Um Tesouro a Descobrir* (1996) há indicações claras e precisas quanto ao papel da universidade. Na mesma direção do documento anterior, reconhece que a diversidade de estabelecimentos de ensino superior e de formação profissional está *de acordo com as necessidades da sociedade e da economia, expressas em nível nacional e regional* (1996: 23). Além disso, entende que é preciso gerir o desenvolvimento dos efetivos através da reforma do ensino secundário. A adoção da idéia do desenvolvimento da *educação ao longo da vida* implica também que se estudem novas formas de certificação das competências que vão sendo adquiridas (1996: 129), inclusive fora da *via principal e única*, ou seja, a escola básica e a universidade. Por isso, a diversificação da educação superior torna-se tão importante no atendimento à crescente demanda e aos desafios da massificação.

A Universidade deveria contribuir nessa direção diversificando a sua capacidade de oferta *como local de ciência (...), com vista à investigação teórica ou aplicada; como meio de adquirir qualificações profissionais (...), de acordo com cursos e conteúdos constantemente adaptados às necessidades*

da economia; como recinto privilegiado da educação ao longo da vida (...); como parceiro privilegiado duma cooperação internacional, que leve ao intercâmbio (...) e facilite (...) a difusão do que de melhor se faz no campo do ensino (1996: 23). Com essas funções essenciais, ou melhor, com essa oferta, a universidade estaria ultrapassando o confronto entre duas lógicas que é costume opor sem razão: a lógica do serviço público e a do mercado de trabalho (1996:23). Sua missão intelectual e social ganharia novo sentido, estabelecendo razões pertinentes para a concessão de maior autonomia.

A consolidação de documentos sobre educação superior, oriundos de comissões e conferências da UNESCO, se dá por ocasião da *Conferência Mundial sobre Educação Superior* (1998). A posição da UNESCO está expressa, de uma maneira mais ampla em dois documentos: *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação* e *Marco Referencial de Ação Prioritária para a Mudança e o Desenvolvimento da Educação Superior*. Os documentos se completam. O primeiro, faz considerações acerca do contexto, das missões e funções da educação superior e da necessidade de formar nova visão e constituir novo paradigma de ação. O segundo, define e sugere ações prioritárias para mudança e desenvolvimento da educação superior no âmbito da esfera nacional, dos sistemas e instituições e no plano internacional, incluindo aí as futuras iniciativas da UNESCO.

No preâmbulo da *Declaração* retoma-se a questão da imensa demanda, da diversificação institucional e da consciência sobre a importância da educação superior para o desenvolvimento sociocultural e econômico, o que implica em grandes desafios e dificuldades. Isso se deve, em grande parte, a um *mundo em permanente mutação* e a uma sociedade que tende, cada vez mais, a transformar-se em *sociedade do conhecimento*. Por isso, a *educação continuada no decorrer da vida* é o grande pressuposto da necessidade de mudança e renovação da educação, especialmente da educação superior. A idéia da educação permanente deverá orientar a transformação das instituições pós-secundárias e das universidades (1998: 14).

Um princípio da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* é extremamente enfatizado nos documentos: *a educação superior deverá ser igualmente acessível a todos com base no respectivo mérito* (1998: 13). Nesse princípio, o mérito ou capacidade individual é o fundamento básico

para igualdade de acesso à educação superior. Verifica-se, portanto, que há um claro reforço da idéia liberal dos dons, talentos e capacidades naturais, em que pese a orientação democrática da UNESCO. É preciso lembrar, com Rousseau, que *a causa da desigualdade entre os homens* é uma construção social e que, portanto, as capacidades individuais são parte desse processo. Nem tudo pode ser considerado fruto das desigualdades físicas e naturais, ou seja, um dote de nascença ou uma doação divina.

As missões e funções da educação superior são estabelecidas, principalmente, nos dois primeiros artigos (1998: 16-17).

Artigo 1º. A missão de educar, formar e realizar pesquisas(...), a fim de: a) educar e formar pessoas altamente qualificadas, cidadãos e cidadãs responsáveis, capazes de atender às necessidades de todos os aspectos da atividade humana, oferecendo-lhes qualificações relevantes, incluindo capacitações profissionais (...) mediante cursos e programas que se adaptem constantemente às necessidades presentes e futuras da sociedade; b) prover oportunidades para o ensino superior e para a aprendizagem permanente, oferecendo uma gama de opções e a possibilidade de alguns pontos flexíveis de ingresso e conclusão dentro do sistema (...); c) promover, gerar e difundir conhecimentos por meio da pesquisa e, como parte de sua atividade de extensão à comunidade, oferecer assessorias relevantes (...); d) contribuir para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais e regionais, internacionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural; e) contribuir na proteção e consolidação dos valores da sociedade(...); f) contribuir para o desenvolvimento e melhoria da educação em todos os níveis(...).

Artigo 2º. Função ética, autonomia, responsabilidade e função preventiva.

A nova visão da educação superior é detalhada em oito artigos (do art.3º ao art. 10). O art.3º trata da *igualdade de acesso*, baseada no mérito, esforço, perseverança e determinações demonstradas. O art.4º defende *fortalecimento da participação e promoção do acesso das mulheres* à educação superior. O art.5º incentiva a *promoção do saber mediante a pesquisa na ciência, na arte e nas ciências humanas e a divulgação de seus resultados*, bem como o fomento a inovação, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade e o apoio material e financeiro, de fontes públicas e

privadas, à pesquisa. O art.6º propugna a *orientação de longo prazo baseada na relevância da educação superior*, ou seja, *esta deve ser avaliada em termos do ajuste entre o que a sociedade espera das instituições e o que estas realizam* (1998: 22). O art.7º preocupa-se em demonstrar a urgência de *reforçar a cooperação com o mundo do trabalho, analisar e prevenir as necessidades da sociedade*. Isto se deve aos novos paradigmas de produção e as constantes mudanças no mundo do trabalho que implicam em atualização permanente e desenvolvimento de habilidades profissionais e sociais mais empreendedoras. O art.8º acentua a *diversificação como forma de ampliar a igualdade de oportunidades*. Ou seja, advoga-se sistemas mais diversificados capazes de oferecer ampla variedade nas oportunidades de educação e formação (1998: 24). O art.9º, considerando um mundo em rápida mutação, defende *aproximações educacionais inovadoras: pensamento crítico e criatividade*. Por isso, um novo paradigma de Educação Superior deve centrar seu interesse no estudante. Os currículos e os novos métodos pedagógicos devem reforçar tal direção. O art.10, que também retrata essa *nova visão da educação superior*, cuida da questão do *peçoal e estudantes como agentes principais*, acentuando a necessidade de política de desenvolvimento de pessoal no sentido de estimular a inovação e aprendizagem autônoma.

As principais temáticas, objeto da ação e intervenção das reformas e políticas de educação superior, hoje no mundo, aparecem no item *Da Visão à Ação*. São elas: avaliação, novas tecnologias, gestão, financiamento, cooperação internacional/perda de talentos científicos e parcerias e alianças.

No art. 11, intitulado *avaliação da qualidade*, advoga-se a necessidade de avaliação ampla da qualidade, uma vez que se trata de conceito multidimensional e que deve envolver todas as funções e atividades acadêmicas. Explicita a necessidade de normas comparativas de qualidade, inclusive internacionais, levando em conta a diversidade mas evitando a uniformidade (1998: 28). No art. 12, o potencial e o desafio de tecnologia chamam atenção às mudanças que ocorrerão na forma como o conhecimento é desenvolvido, adquirido e transmitido. Essas tecnologias possibilitam vantagens e possibilidades novas de abertura, igualdade e cooperação internacional. No art. 13, a preocupação é com *reforçar a gestão e o financiamento da educação superior*. Em outras palavras, essas áreas

requerem *capacidades e estratégias apropriadas de planejamento e análise de políticas (...), a fim de garantir uma gestão devidamente racionalizada e o uso efetivo e financeiro responsável dos recursos (...). A meta suprema da gestão deve ser implementar a missão institucional por meio da garantia de uma ótima qualidade na educação, formação, pesquisa e prestação de serviços de extensão à comunidade* (1998: 31). No art.14, o *financiamento da educação superior como serviço público* é ainda mais discutido. Esse nível de ensino requer recursos públicos e privados, sobretudo no apoio a pesquisa. No art. 15, a idéia básica é *compartilhar conhecimentos teóricos e práticos entre países e continentes* por meio da solidariedade e parceria entre países e instituições, como forma de *ganhar talentos científicos* e se contrapor a *perda de quadros* (art. 16). As diversas parcerias e alianças são apresentadas como forma de administrar as transformações em curso e renovar a educação superior (art. 17).

Dentre as *ações prioritárias na esfera nacional* encontram-se a necessidade dos Estados (1998: 39-41): a) estabelecerem marco legislativo, político e financeiro para a reforma da educação superior; b) estreitar vínculos entre o ensino e a pesquisa; c) tornar a educação superior em elemento catalizador do sistema de ensino; d) levar as instituições a se tornarem mais flexíveis, oferecendo propostas de educação permanente, com ampla gama de opções; e) ampliar os vínculos entre as instituições que se dedicam ao ensino daquelas que se dedicam à pesquisa; f) instaurar novas modalidades de colaboração entre as instituições e o desenvolvimento local, regional e nacional; g) manter as obrigações e os compromissos assumidos com esse nível de ensino; h) estabelecer plano diretor que assegure a participação de todos; i) definir e aplicar políticas que eliminem preconceitos de gênero; j) formular políticas quanto aos docentes; l) reconhecer os estudantes como centro de atenção, garantido direito de organização autônoma; m) assegurar o exercício da liberdade acadêmica e da autonomia institucional; n) ampliar e diversificar o acesso à educação superior, a fim de atingir padrões aceitáveis de oferta no panorama internacional; o) ampliar a inter-relação da educação superior com a educação geral e profissional; p) procurar reduzir a disparidade existente entre os países, sobretudo através da cooperação internacional.

No tocante às *ações prioritárias no âmbito de sistemas e instituições*, destacam-se a necessidade de: a) cada instituição de educação superior

definir sua missão de acordo com as necessidades presentes e futuras da sociedade; b) guiar-se pelas regras de rigor ético, científico e intelectual e por considerações multidisciplinares e transdisciplinares; c) estabelecimento de sistemas de acesso que atenda as pessoas que possuam as habilidades e motivações; d) usar a autonomia para o desenvolvimento sustentável da sociedade e para a solução de problemas; e) estabelecer relações e parcerias com o mundo do trabalho; f) generalizar o máximo possível o uso de novas tecnologias; g) garantir a participação do corpo docente; h) reforçar o serviço de extensão à comunidade; i) assegurar avaliação da qualidade; j) estabelecer mecanismos e programas de desenvolvimento do pessoal docente e administrativo; l) promover e desenvolver a pesquisa; m) eliminar as desigualdades e os preconceitos em questões de gênero; n) orientar, aconselhar e apoiar os estudantes.

A UNESCO entende que, dentre as *ações prioritárias no plano internacional*, é seu papel: a) fomentar a cooperação, como parte das missões institucionais e dos sistemas de educação superior; b) promover a mobilidade acadêmica internacional e o desenvolvimento de projetos; c) tornar-se fórum de debate e intercâmbio sobre questões de educação superior; d) fortalecer os centros de excelência em países em desenvolvimento; e) desenhar um instrumento internacional sobre a autonomia acadêmica e a responsabilidade social; f) assegurar a continuidade das ações do que se estabelece na *Declaração*.

Relatório Attali: desafios, harmonização e diversificação

Dentre, ainda, os documentos globais que tem orientado reformas de Educação Superior, é preciso destacar o relatório *Pour un modèle européen d'enseignement supérieur* (1998), que propõe profundas mudanças no sistema francês de educação superior. O relatório, cuja comissão foi presidida por Jacques Attali, alerta o país para o perigo e para a fragilidade da excelência e da qualidade do sistema francês, face à competição mundial e à necessidade de unificação européia. A mudança no ensino superior deve ocorrer em razão da necessidade de elevação do nível de qualificação dos franceses, o que deveria ser o principal objetivo de uma política econômica e social da França, ou melhor, uma prioridade nacional.

Segundo o Relatório Attali, a qualidade de vida na França será determinada pela elevação do nível de qualificação dos franceses. Eis porque a Educação Superior torna-se fundamental, uma vez que *plus que jamais, le développement et la qualité de vie d'une nation dépendront de son niveau culturel et scientifique, lui-même largement dépendant de la valeur de son enseignement supérieur* (1998: 8).

Essa necessidade de profundas alterações no sistema francês fica mais evidenciada quando confrontada com as revoluções atuais nas ciências e nas tecnologias, nos vínculos com o Estado, nas ligações com as empresas e nos modos de aprendizagem dos saberes. Nesse sentido, afirma: *Confronté à la révolution des technologies de l'information et des conditions de travail, à la diversification des trajectoires professionnelles, aux exigences de la formation en permanence, au bouleversement des savoirs et de la façon d'apprendre, à la mutation des relations entre l'État, les entreprises et la société, à l'unification européenne, l'enseignement supérieur doit revoir d'urgence ses objectifs et simplifier son organisations* (1998:5).

Em outras palavras, essa confrontação do sistema francês de educação superior com as revoluções em curso demonstra que: a) a revolução das tecnologias provoca mudanças nos modos de aprendizagem, nos métodos pedagógicos e na natureza das disciplinas ensinadas; b) as mudanças no Estado, sobretudo no perfil dos seus quadros, impõe exigências múltiplas de formação e formas novas de serviço público; c) as empresas inovadoras requerem uma relação estreita e de confiança com o sistema universitário, sobretudo no atendimento às necessidades de pesquisa tecnológica e formação dos profissionais; d) não tem mais sentido dicotomizar a formação e a vida. A formação no trabalho, ou seja, a formação permanente deve ser uma regra, segundo o Relatório. Por isso, dever-se-ia reconhecer três princípios: o diploma universitário não garante legitimidade permanente, a qualificação profissional deve ser considerada um trabalho que merece remuneração e os docentes não deveriam exercer por muito tempo a mesma função, ou seja, deveriam ter mobilidade geográfica e funcional que garantisse oportunidades, tais como: ensinar, formar-se, pesquisar e administrar.

Além disso, o Relatório defende, a longo prazo, maior unificação e harmonização dos cursos e diplomas, bem como a definição de um modelo

européu específico de educação superior que não fosse burocrático ou modelado pelo mercado. Esse modelo deveria respeitar a diversidade existente, ou seja, não permitiria a uniformização dos sistemas, embora busque sua unificação. Deveria, também, ter a força necessária para dominar a mundialização e promover os valores próprios da Europa unificada.

No caso francês, propõe três *novos princípios de organização do ensino superior*. O primeiro, diz respeito a *um sistema mais homogêneo e diversificado*, ou seja, um sistema coerente geograficamente e com real autonomia, que permitisse aos estudantes passar de um estabelecimento para outro e que pudesse ser comparado. O segundo decorreria naturalmente da autonomia, como uma contrapartida, ou seja, seria uma *avaliação eficaz e transparente*, onde o sistema seria objeto de uma avaliação mais sistemática, mais aberta e mais criadora de direitos e deveres. Assim, *cada estabelecimento de ensino superior deveria ser avaliado com intervalos regulares e receber recursos segundo seus méritos e seus resultados, quer dizer segundo a maneira pela qual teria cumprido seu contrato*. Essa idéia do contrato aparece no terceiro princípio de organização, ou seja, um *sistema contratualizado*. *As relações entre o estado, as universidades e as grandes escolas seriam definidas no quadro de um projeto de estabelecimentos e de contratos quadriênais* (1998: 19). Esses contratos, segundo o Relatório, favoreceriam a inovação, a emulação, leia-se a competição e a criatividade.

O Relatório Attali demonstra grande preocupação com a redefinição da missão das universidades e das "grandes escolas" francesas. Considerando as revoluções em curso, a missão principal deveria ser *servir os estudantes, dando a cada um deles, qualquer que seja sua origem social, todas as oportunidades de alcançar sua área de excelência, de se preparar para as profissões do futuro e de fazer progredir o conhecimento*. As instituições de ensino superior devem criar condições para que os estudantes possam retornar aos estudos ao longo da vida, uma vez que a sociedade contemporânea exigirá qualificação permanente dos cidadãos. A formação contínua, especialmente como forma de preparação para a vida profissional, deveria ser uma regra absolutamente geral, diz o Relatório. Portanto, as missões básicas do ensino superior seriam: *permettre à chaque étudiant d'atteindre son niveau d'excellence; faire progresser les connaissances; adapter aux métiers d'après-demain et à l'esprit d'entreprise; maintenir le*

savoir en permanence; faire progresser la justice sociale; accélérer l'ouverture au monde; pour un modèle européen (1998: 2).

Embora faça uma "crítica" às determinações do mercado na modelação dos cursos e carreiras do ensino superior, o Relatório Attali reconhece demandas próprias do processo de mundialização da economia de mercado e entende que: *pour préserver sa nature et sa qualité, pour se préparer à affronter ces nouveaux défis, l'enseignement supérieur français devra donc se réformer profondément et vite. Il lui faudra se mettre en situation de pouvoir répondre aux besoins de formation en permanence, intégrer l'apport de nouvelles technologies et créer des institutions efficaces et économes des deniers publics. Il lui faudra aussi accepter une compétition maîtrisée, une émulation scientifique et pédagogique entre établissements d'enseignement. Il lui faudra surtout réduire l'extraordinaire fossé qui s'est creusé récemment entre les groupes sociaux dont les enfants monopolisent le meilleur de l'enseignement supérieur et les autres, qui en seront de plus en plus irréversiblement exclus* (1998: 9-10).

Breve panorama da educação superior na América Latina

Em texto datado de 1967, Anísio Teixeira (1998: 77) traçava o seguinte perfil das universidades no contexto da América Latina: *De um modo geral, as universidades são universidades de Estado e, como tais, fortemente dependentes dos recursos que lhes concede o Governo cada ano. Além dessa dependência orçamentária, o Estado legisla sobre o ensino superior e mediante tais leis restringe o autogoverno da universidade e intervém na constituição de seus quadros dirigentes e docentes.*

O quadro descrito por Anísio Teixeira (1998) realça, portanto: a forte presença do Estado na definição e manutenção das universidades estatais, embora com recursos públicos orçamentários variados, e leis que restringem a autonomia universitária, impedem a autogestão e intervém nos quadros dirigentes e docentes. Tal situação era decorrente, segundo Teixeira, de governos centralizadores que viam a autonomia universitária como um privilégio outorgado por lei. De lá para cá esse quadro vem mudando e se tornando mais complexo no contexto da América Latina e, em especial, do Brasil.

Atualmente, na reestruturação da educação superior destacam-se temas como: os cenários, as demandas e os desafios contemporâneos; a redefinição do papel do Estado, indicando uma retração deste com o sistema público; as exigências dos organismos internacionais; a heterogeneidade, diversificação e diferenciação dos sistemas; a identidade e missão da universidade pública; a avaliação e financiamento dos sistemas universitários; o progressivo debilitamento das universidades públicas; a expansão da educação superior; o maior desenvolvimento das instituições privadas. Essas e outras temáticas apresentam especificidades e estágios diferenciados nas reformas e políticas na América Latina.

Nas décadas de 80 e 90, as reformas de educação superior foram ou estão sendo precedidas de forte críticas e/ou preocupações com o estado atual dos sistemas. De um modo geral, dentre essas críticas e/ou preocupações destacam-se: os objetivos que não concordam com as expectativas da sociedade; a ausência de produção de profissionais nos moldes requeridos pelo mercado de trabalho; a ênfase na academia e o isolamento com relação à sociedade e à vida; a utilização de tecnologias atrasadas em comparação com a indústria; o ensino centrado na informação, na memorização, no conformismo e na homogeneidade e não na crítica, na inovação e na criatividade; os custos elevados e crescentes; baixa relação professor/aluno nas universidades públicas; a sub-utilização das instalações físicas e das habilidades dos docentes; a duplicação desnecessária de programas e carreiras; as altas taxas de evasão e repetência; a excessiva soma de recursos destinada à residência estudantil, restaurantes, bolsas, subsídios etc; o desenvolvimento de ações restritas a uma só parte da população, legitimando a estratificação social existente; a atuação de forma burocrática, autoritária e repressiva por parte dos organismos universitários; a passividade estudantil etc.

Segundo Yarzabal (1996), as principais tendências da educação superior na região são: a expansão quantitativa, o aumento do número e diversificação dos estudantes, o aumento do número de docentes, a multiplicação de instituições, a diversificação de instituições (universidades e instituições não universitárias), o aumento da participação do setor privado, a diminuição do gasto público e a internacionalização crescente. Acentua-se, ainda, como respostas que estão transformando o panorama existente: a

mudança das universidades no relacionamento com os governos, o aumento dos vínculos com o setor produtivo, a adoção de processos de avaliação, a diversificação das fontes de financiamento e o impulso à investigação sobre educação superior.

Esse quadro de críticas e de tendências pode ser melhor compreendido quando se analisa elementos de mudança comuns no panorama latinoamericano. A questão do padrão de gestão, do financiamento, da organização acadêmica e da integração regional constituem-se nas áreas mais destacadas nas reformas da região. Todas essas áreas estão fortemente relacionadas por meio da avaliação (Guadilla, 1998). Embora se advogue a diversificação e a flexibilidade dos sistemas, que conduzam às mudanças e inovações necessárias, o núcleo central das políticas vem sendo a avaliação institucional, configurada numa perspectiva neoliberal em que o Estado amplia seu papel de regulador e controlador do sistema. De um lado, o empreendimento pela diversificação e diferenciação horizontal e vertical das instituições, em direção a uma nova configuração do sistema, subordinando-o às demandas e exigências do mercado. De outro lado, o estabelecimento de mecanismos de controle e regulação por parte do Estado, que acabam por conformar a gestão e debilitar a autonomia universitária (Krotsch, 1998). Para Alvarez (1998: 243-244), trata-se de *una autonomía controlada, vigilada y condicionada, que se asocia al advenimiento del estado evaluador y a los requerimientos del estado neoliberal y del Banco Mundial, principal inspirador de esta política, asegurando así la eficiencia en el uso de los recursos*.

O problema mais evidenciado nas reformas é o da necessidade de alteração na política de financiamento da educação superior, devido ao custo elevado dos sistemas. No caso brasileiro, Durham (1998) afirma que o modelo existente faz com que as universidades dependam, basicamente, dos aumentos constantes dos percentuais do orçamento público. Isso estaria ocorrendo, em grande parte, porque no Brasil a absorção da pesquisa na vida universitária ampliou os gastos. Por isso, a autora critica o modelo universidade de pesquisa ou multifuncional, implantado no Brasil, como único para todo o sistema. Face a escassez de recursos, tal modelo não poderia atender demandas por ampliação do sistema de ensino superior e desenvolvimento da pesquisa. Em seu lugar propõe uma ampla diversificação e diferenciação das instituições. Além disso, objetivando levar a educação

superior ao atendimento das necessidades da sociedade no próximo século, propõe: a racionalização dos gastos; a introdução de sistemas de avaliação do desempenho; o atendimento às demandas do mercado e da sociedade; a diversificação e flexibilidade do sistema; e a diversificação das fontes de financiamento.

As políticas de modernização na região propõem, desse modo, profunda alteração no relacionamento das universidades com o Poder Público. O Estado atuaria no sentido de implantar um sistema que associe a autonomia de execução ao estabelecimento de objetivos e avaliação de desempenho. O financiamento estatal reduz-se paulatinamente, enquanto as instituições buscam fontes alternativas de captação de recursos financeiros. O financiamento estatal, que existir, deve alcançar indistintamente o setor público e o setor privado. Tais modificações pretendem contribuir para uma transformação das estruturas, funções e funcionamento das instituições acadêmicas, no sentido da flexibilização e diferenciação que atende às demandas e exigências contemporâneas.

Considerações finais

A análise de alguns dos principais documentos globais sobre a reestruturação da educação superior revela uma série de similitudes, resumidas nos anexos de nº01 a nº04. O atual perfil da educação superior, as temáticas, as críticas, as tendências e as políticas e estratégias mais significativas, na América Latina, revelam o alto grau de subordinação dos países em relação às orientações dos organismos internacionais, particularmente do Banco Mundial. As teses centrais do Banco estão amplamente incorporadas, especialmente no que concerne a proposta de maior diversificação e diferenciação dos sistemas, das instituições e das fontes de financiamento, bem como da redefinição das funções do Estado e maior adaptabilidade e receptividade quanto às exigências econômicas, em geral, e do mercado de trabalho, especificamente.

Além disso, fica também evidente que os documentos sugerem uma uniformização as avessas, ou seja, uma padronização das políticas e estratégias que promovam a diversificação e diferenciação dos sistemas de educação superior. Essa orientação está sendo amplamente incorporada nas

reformas desse nível de ensino na América Latina, sem que sejam consideradas as especificidades históricas dos países, dos sistemas existentes e da autonomia das universidades. Os programas de modernização na região são, em geral, de inspiração neoliberal, e, portanto, orientados pela lógica do mercado. Há clara indução das instituições de educação superior e, particularmente, das universidades públicas, ao sistema de sinais do mercado, mediante flexibilização das estruturas e organização institucional de atendimento às demandas do setor produtivo, competição pelo autofinanciamento e maior categorização docente e institucional que conduzam ao estabelecimento de processos competitivos. Está em curso, igualmente, um processo de mercantilização da educação superior, que inclui o *fomento à expansão do setor privado e a privatização das instituições, hoje ditas estatais* (Silva Jr. 1998: 100).

Esse panorama da educação superior traz a tona uma série de dilemas, como realça Aguiar (1998: 111): *Como fazer que os sistemas universitários que estão emergindo neste final de século caminhem no sentido de dar contribuições à sociedade como um todo e não se restringir a ser uma das condicionalidades do desenvolvimento econômico que beneficia apenas alguns? Como fazê-lo quando no plano internacional o mercado pontifica como instituição principal?* Além disso, como intervir no processo de padronização das políticas e estratégias de diversificação e diferenciação dos sistemas? Que implicações poderão advir dessa nova conformação da educação superior na América Latina e, particularmente, no Brasil?

Quadro nº 1 - Diagnósticos da Crise

Item	Banco Mundial	UNESCO	Relatório Attali
Diagnóstico da Crise	<ul style="list-style-type: none"> • Crise do financiamento (diminuição dos recursos públicos); • baixa eficiência do sistema; • custo-aluno elevado / baixa relação alunos-docente; • baixas taxas de matrículas; • uso ineficiente dos recursos; • subutilização dos serviços acadêmicos; • duplicação de programas; • elevadas taxas de evasão e repetência; • subrepresentação das mulheres em muitos países; • elevados gastos com subvenção de serviços estudantis; • crescimento da escolarização básica e pressão para aumentar vagas no ES; • desequilíbrio dos gastos existentes entre o ensino primário, secundário e superior; • pouca flexibilidade às necessidades do mercado de trabalho • inadequação do modelo de universidade de pesquisa para o mundo em desenvolvimento; • as instituições não universitárias são mais flexíveis no atendimento às demandas do mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • recursos públicos limitados; • necessidade de ampliar a pertinência da ES, ou seja, seus nexos com o mundo do trabalho, com outros níveis e formas de educação, com o Estado, com o financiamento, com a necessidade de aprendizagem permanente, e com gestão eficiente dos recursos; • necessidade de verificar a qualidade do ensino e da aprendizagem, objetivando melhorar os conteúdos, os métodos, a investigação, os programas, o pessoal docente, a infraestrutura etc. • necessidade de cooperação e solidariedade internacional, decorrente da necessidade de integração econômica, política e de aprendizagem-investigação; • crescente demanda à ES. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perigo e fragilidade da excelência e da qualidade do sistema francês de ES; • necessidade de: a) elevação da qualificação dos franceses; b) definir um modelo europeu de ES; c) mudar os modos de aprendizagem, os métodos pedagógicos e a natureza das disciplinas ensinadas; d) estreitar os vínculos das empresas com o sistema universitário (pesquisa tecnológica e formação de profissionais) • mudanças no Estado, impondo exigências múltiplas de formação dos seus quadros e novas formas de serviço público.

Quadro nº 2 - Desafios Contemporâneos

Item	Banco Mundial	UNESCO	Relatório Attali
Desafios	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir a pobreza no mundo em desenvolvimento; • Diversificar e diferenciar o sistema de ensino pós-secundário, objetivando que este funcione bem, seja diversificado e experimente crescimento, reduzindo gasto por estudante. 	<ul style="list-style-type: none"> • Definir um sistema de ES adequado: a) aos processos simultâneos e contraditórios de democratização, regionalização, polarização, marginalização e fragmentação; b) a um mundo em permanente mutação (sociedade do conhecimento) c) aos imperativos do desenvolvimento econômico e técnico; d) ao desenvolvimento humano sustentável; e) à massificação da ES. 	<ul style="list-style-type: none"> • Considerar: a) as demandas do processo de mundialização da economia de mercado, que inclui o aumento da competição mundial; b) a revolução nas ciências e nas tecnologias, nos vínculos com o Estado, nas ligações com as empresas e nos modos de aprendizagem dos saberes; c) as exigências de qualificação permanente; d) a elevação da qualificação e da qualidade de vida dos franceses; e) o desenvolvimento da França.

Quadro nº 3 - Princípios e Missões

Item	Banco Mundial	UNESCO	Relatório Attali
Princípios/ Missões	<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência, Qualidade e Equidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Pertinência, Qualidade e Internacionalização; • diversificação como forma de ampliar a igualdade de oportunidades; • ES acessível a todos, com base no respectivo mérito; • liberdade acadêmica e autonomia institucional; • educação permanente (educação ao longo da vida); • reconhecer os estudantes como centro da ES. 	<ul style="list-style-type: none"> • Homogeneidade e diversificação do sistema; • Avaliação eficaz e transparente; • Distribuir recursos segundo o mérito; • permitir a cada estudante alcançar seu nível de excelência; fazer progredir os conhecimentos; adaptar as profissões às necessidades do mercado de trabalho; manter o saber em processo de atualização; fazer progredir a justiça social; acelerar a abertura do mundo; criar um modelo europeu de ES.

Quadro nº 4 - Políticas e Estratégias

Item	Banco Mundial	UNESCO	Relatório Attali
Políticas/ Estratégias	<ul style="list-style-type: none"> fomentar a diversificação e diferenciação dos sistemas e das instituições; diversificar e promover incentivos para que as IES públicas diversifiquem as fontes de financiamento; redefinir as funções do governo: a) estabelecendo mecanismos de controle, avaliação das instituições e cobrança dos resultados/ desempenho; b) vinculando a utilização dos recursos à critérios de desempenho institucional, tornando o financiamento mais competitivo; c) ampliando a autonomia administrativa; adotar políticas que priorizem a qualidade e a equidade; fomentar os estabelecimentos privados; ampliar os vínculos com o setor produtivo da economia; ampliar a adaptabilidade da ES às exigências do mercado de trabalho; aumentar a concorrência entre instituições; conceder autonomia gerencial às universidades públicas; apoiar os programas de excelência. 	<ul style="list-style-type: none"> Diversificar as instituições e os sistemas de ES, tornando-os mais flexíveis; promover a avaliação quantitativa e qualitativa; diversificar as fontes de financiamento e reforçar a gestão e o financiamento da ES, através da racionalização, uso responsável dos recursos e definição da missão institucional; Promover maior adaptação dos sistemas e das universidades às necessidades da sociedade, da economia, expressas em nível nacional e regional, sem perder de vista a universalidade do conhecimento; estabelecer relações e parcerias com o mundo do trabalho; promover a reforma do ensino secundário e criar formas de certificação das competências que vão sendo adquiridas fora da via principal e única; desenvolver parcerias e alianças para compartilhar conhecimentos entre os países; estabelecer marco legislativo, político e financeiro para a reforma; estreitar os vínculos ensino-pesquisa; instituições — desenvolvimento local, regional e nacional; ES — Educação geral e profissional; garantir a participação de todos; eliminar as desigualdades e os preconceitos de gênero; implementar programas de desenvolvimento docente e administrativo; orientar e apoiar os estudantes; generalizar o uso das novas tecnologias; reforçar o serviço de extensão à comunidade; promover a internacionalização acadêmica. 	<ul style="list-style-type: none"> Criar um sistema mais homogêneo e diversificado, coerente geograficamente e com autonomia; unificar e harmonizar os cursos e diplomas na Europa, respeitando a diversidade existente e evitando a uniformização; promover uma avaliação mais eficaz e transparente; distribuir os recursos segundo méritos, resultados e cumprimento de metas de contrato; contratualizar o sistema (contratos quadriennais)

Notas

- 1 Nesse estudo, os textos básicos considerados são: *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (1995), do Banco Mundial; *Documento de Política para el Cambio y el Desarrollo en la Educación Superior* (1996), *Educação: Um Tesouro a Descobrir* (1996) e *Conferência Mundial sobre Educação Superior* (1998), da UNESCO; *Pour un modèle européen d'enseignement supérieur* (1998), do Relatório Jacques Attali.

Bibliografia

- AGUIAR, Márcia Ângela (1988). Sistemas Universitários na América Latina e as Orientações Políticas de Agências Internacionais. In Afrânio Mendes Catani (Org.), *Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, pp. 103-114.
- ALVAREZ, Sonia (1988). La Evaluación de la Calidad en la Argentina: Perspectivas Futuras. In Afrânio Mendes Catani (org.), *Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, pp. 229-245.
- ATTALI, Jacques (1999). Pour un modèle européen d'enseignement supérieur. *Le Monde* (www.lemonde.fr). França, 1998. (Há uma versão em Português traduzida por Maria Malta Campos, e publicada na *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, ANPED, nº10, janeiro-abril, pp. 119-120).
- BANCO MUNDIAL (1995). *La Enseñanza Superior. Las Lecciones Derivadas de la Experiencia*. Washigton, D. C.
- BISSERET, Noëlle (1979). A ideologia das aptidões naturais. In José Carlos Garcia Durand (Org.), *Educação e Hegemonia de Classe: as funções ideológicas da escola*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 29-67.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude (1979). A Comparabilidade dos Sistemas de Ensino. In José Carlos Garcia Durand (Org.), *Educação e Hegemonia de Classe: as funções ideológicas da escola*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 70-104.
- BOURDIEU, Pierre (1998). A Mão Esquerda e a Mão Direita do Estado. In *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CASTELLANO de SJOSTRAND, Maria Egilda (1998). Universidad, Estado y Sociedad. Una Contribución para el Diálogo. *Revista de Pedagogia*. Vol. XIX, nº56. Escuela de Educación. Universidad Central de Venezuela, octubre-diciembre, pp. 35-52.
- CASTELLANO de SJOSTRAND, Maria Egilda (1998). La Política de Privatización de la Educación Superior. *Tribuna del Investigador*. Vol. 5, nº01. Asociación para el Progreso de la Investigación Universitaria. (APIU), enero-junio, pp. 38-50.
- CATANI, Afrânio Mendes (Org.) (1988). *Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados.

- CATANI, Afrânio Mendes (2000). Universidade Pública no Brasil: perspectivas para o século XXI. In Afrânio Catani (Org.), *América Latina: impasses e alternativas*. São Paulo: Ed. Humanitas.
- CHAUÍ, Marilena (1998). A Universidade Hoje. *Praga – Estudos Marxistas*. São Paulo: Ed. Hucitec, nº 06.
- CORTÁZAR, José Miguel (1998). Universidad, Estado y Sociedad: balance de un desencuentro. *Revista de Pedagogía*. Vol. XIX, nº56. Escuela de Educación. Universidad Central de Venezuela, octubre-diciembre, pp. 53-69.
- CUNHA, Luiz Antônio (1997). Nova Reforma do Ensino Superior: a lógica reconstruída. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Cortez Editora, nº101, julho.
- DURHAM, Eunice Ribeiro (1988). A Política para o Ensino Superior Brasileiro ante o Desafio do novo Século. In Afrânio Mendes Catani (org.), *Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, pp. 9-27.
- GUADILLA, Carmem G. (1988). La Reforma de la Educación Superior en Venezuela desde una Perspectiva Comparada. In Afrânio Mendes Catani (org.), *Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, pp. 189-201.
- KROTSCH, Pedro (1988). Gobierno de la Educación Superior en Argentina: La Política Pública en la Coyuntura. In Afrânio Mendes Catani (org.), *Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, pp. 203-228.
- SILVA JR, João dos Reis da (1998). Do Estado do Bem Estar Social ao Estado Gestor. In Afrânio Mendes Catani (org.), *Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Campinas, SP: Autores Associados, pp. 83-101.
- SILVA JR, João dos Reis & SGUISSARDI, Valdemar (1999). *Novas Faces da Educação Superior no Brasil: Reforma do Estado e Mudança na Produção*. Bragança Paulista, USF.
- TEIXEIRA, Anísio (1998). Autonomia Universitária. *Educação e Universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. pp.77-81.
- TRINDADE, Hégio (1999). Universidade em Perspectiva: sociedade, conhecimento e poder. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, nº10, jan-abr, pp. 5-15.
- UNESCO (1995). *Documento de Política para el Cambio y el Desarrollo en la Educación Superior*. Caracas.
- UNESCO (1996). *Educação: Um Tesouro a Descobrir*. Porto: Edições ASA.
- UNESCO (1998). *Conferência Mundial sobre Educação Superior*. Piracicaba: SP, UNIMEP.
- YARZÁBAL, Luís (1996). Situação do Ensino Superior na América Latina e no Caribe. In: *Mudança e Desenvolvimento da Universidade Pública na América Latina*. Brasília, ANDIFES. pp.51-74.

THE HIGHER EDUCATION RESTRUCTURING PROCESS IN THE INTERNATIONAL DEBATE: THE STANDARDIZATION OF THE DIVERSIFICATION AND DIFFERENTIATION POLICIES

Abstract

The present article analyses the higher education restructuring process through international documents that guide the models and reforms currently being developed. The investigation is focused on the crisis diagnoses, on the contemporary challenges, on the missions and on the proposed alternative solutions, pointing out that there is a kind of standardization in higher education policies in a society of knowledge and in a competitive and globalized world permanently changing. This process underlies the reforms that are being implemented in different Latin American countries.

L'ORDONNANCEMENT DE L'ÉDUCATION SUPÉRIEURE DANS LE DÉBAT INTERNATIONAL: LA NORMALISATION DES POLITIQUES DE DIVERSIFICATION ET DIFFÉRENCIATION

Résumé

Cet article analyse l'ordonnancement de l'éducation supérieure à partir de documents internationaux qui orientent les modèles et les réformes contemporaines. La recherche est centrée sur les diagnostics de la crise, sur les enjeux contemporains, sur les missions et aussi sur les alternatives de résolution indiquées. La documentation montre quelque normalisation dans les politiques de l'éducation supérieure dans une société de connaissance et dans un monde globalisé en constante transformation. On peut observer cette question dans les réformes introduites aux différents pays de l'Amérique Latine.